

## APRESENTAÇÃO

A Revista NERA de número 27 aborda diferentes questões que envolvem a territorialização da agricultura capitalista por meio das empresas estrangeiras, as disputas territoriais entre o Estado, capital, agronegócio e movimentos socioterritoriais, as formas organizativas destes movimentos desde a sua espacialização a produção de alimentos, bem como o debate sobre a participação em políticas públicas. Assim, as discussões contidas nos 12 artigos, uma entrevista e uma resenha demonstram a diversidade de temas que podem ser estudados a partir da questão agrária brasileira e mundial como na Colômbia, no Paraguai, na Argentina e em Cuba.

O primeiro artigo apresentado tem como título “Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação. O caso da Cargill no Brasil e na Argentina” cuja autora é Yamila Goldfarb, que apresenta uma discussão sobre as transformações no campo argentino e brasileiro, a partir da década de 1970. Em que o neoliberalismo permitiu uma maior consolidação e aprofundamento da hegemonia das corporações do setor alimentar, afetando as questões que envolvem a soberania alimentar. O artigo apresenta a territorialização da Cargill para a produção de grãos e óleos, principalmente da soja em ambos os países. Onde as unidades processadoras e estocadoras estão próximas às localidades que mais produzem grãos.

Na seguida, o artigo de David Vásquez Cardona intitulado “La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios” debate sobre a história da territorialização da produção de café na Colômbia, mostrando como o Estado e as organizações como a Federação Nacional de Cafeteros da Colômbia, foram importantes para tornar o país um dos principais produtores no mercado internacional e também a crise gerada após o Pacto Internacional do Café que aumentou excessivamente a oferta dos grãos provocando uma queda nos preços. O artigo também discute a globalização e as relações entre os países devido ao mercado de café, analisando por meio da sociologia rural os elementos dos sistemas globais de alimentos.

No artigo “Itaipu e a formação do território do capital”, Leonardo Bauer Maggi analisa a Usina Hidrelétrica de Itaipu demonstrando o quanto ela está integrada aos interesses do capital financeiro e industrial, os aspectos políticos e econômicos do período da sua instalação, bem como os instrumentos e recursos para sua manutenção. Itaipu é considerada uma manifestação de um território que tem como objetivo atender o capital industrial, ou seja, é um território do capital, apropriado pelo capital financeiro legitimado politicamente pelo Paraguai e Brasil em que aproximam e afastam seus respectivos interesses, sendo que a exploração do trabalho aparece como um elemento importante. E a resistência faz-se por meio da “retomada da soberania energética” defendida pelos movimentos sociais.

José Sobreiro Filho em seu artigo “O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema”, faz um debate sobre um dos principais processos que modificou a dinâmica da luta pela terra no Pontal do Paranapanema - a dissidência, que ocorre no interior dos movimentos socioterritoriais, tendo desdobramentos socioterritoriais. Este processo tem contribuições tanto para o enriquecimento da diversidade dos movimentos socioterritoriais como também para o refluxo e desarticulação da luta no Pontal. Além deste debate, o autor propõe uma tipologia dos movimentos socioterritoriais de acordo com suas formas de lutas, posturas político-ideológicas, ações socioterritoriais e estruturas político-organizacionais.

No artigo “A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado” escrito por Vitor de Moraes é analisado o papel do Estado, a construção do plano diretor, a participação dos movimentos socioterritoriais e as atividades do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) no de Cantuquiriguaçu. Ou seja, a discussão central é sobre conflitos: a disputa territorial e o controle das políticas neste território. Para analisar as mudanças e permanências foram apresentados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1991, 2000 e 2010) e do Atlas de

Desenvolvimento Humano (2013). Já as resistências, as lutas pelo território e por políticas públicas foram representados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Camila Ferracini Origuéla em seu artigo “Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos” analisa a espacialização por meio das ocupações de terra e dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo, nos quais os acampamentos se transformam em espaços de socialização política precários, bem como as relações socioespaciais e organizacionais são esporádicas nessas localidades. Ela faz sua análise a partir de três contextos histórico-geográficos: 1) em que a espacialização do Movimento ocorreu por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política no final da década de 1980 e início de 1990; 2) por meio da análise da sobreposição de espaços de socialização política do MST no final da década de 1990 e início dos anos 2000; 3) na atualidade.

Os autores Rafael Navas, Andréa Yumi Sugishita Kanikadan, Kátia Maria Pacheco dos Santos e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, elaboraram o artigo “Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil” que tem como objetivo analisar o sistema agroalimentar da comunidade remanescente de quilombo Mandira de Cananéia em São Paulo, relacionando com as atividades produtivas das famílias residentes. O artigo aponta que ocorre uma tendência de homogeneização alimentar na comunidade a partir dos produtos industrializados obtidos através da compra em supermercados, em que alguns dos produtos comprados eram produzidos anteriormente na comunidade. As famílias com mais autonomia e diversificação de dieta alimentar são as que trabalham com sistemas florestais, diferentemente das que trabalham com o manejo de recursos marinhos que possuem dependência maior da obtenção de alimentos industrializados.

No artigo “A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais” João Augusto de Andrade Neto, analisa os fundamentos teóricos e políticos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se baseou para o desenvolvimento da organização e da cooperação em seus assentamentos, realizando um regate histórico principalmente em 1980 e 1990. Outros pontos apresentados no texto foram os elementos que mostram e problematizam os referenciais leninistas adotadas nas questões que envolvem a cooperação e seu desempenho por camponeses e a questão de como é possível conciliar a autonomia que os assentados desejam com o projeto de cooperação proposto pelo MST, sendo possível ao mesmo tempo o seu fortalecimento político e a reprodução socioeconômica dos assentados.

César Augusto da Ros e Marcos Botton Piccin escreveram o artigo “A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução” com o objetivo de analisar entre 2002 e 2008 no estado do Rio de Janeiro, o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, aliando as diretrizes, os formatos institucionais e o modo de funcionamento preconizado dos seus Manuais Operacionais (MO's), na qual a correspondência desses fatores com os assentados estão relacionadas as lutas pela reforma agrária e a posição que esta política ocupa nas estratégias de desenvolvimento rural no Brasil.

No artigo “Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no Assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO”, os autores Edson Batista Silva e Manoel Calaça analisaram como a conquista e a produção territorial do assentamento contribuiu para a produção agroecológica e a interferência do agronegócio. Foi constatado que mesmo com a conquista do território do agronegócio por meio da Fazenda Cunha, o mesmo interfere no assentamento, pois ocorre a pulverização de agrotóxicos, em consequente o envenenamento da comunidade, do solo e da água, bem como provoca a vinda de “espécies-praga” o que prejudica na produção agroecológica. Também, a disposição dos limites do assentamento prejudicou a execução de alguns princípios agroecológicos como a autonomia dos produtores.

Joana Salém Vasconcelos em seu artigo “Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)”, analisa as estratégias de desenvolvimento da revolução cubana (1958-1970) e as reformas agrárias do governo, buscando mostrar a polêmica da conversão da propriedade coletiva de Cooperativas Canavieiras (mistas) em Granjas do Povo (estatais), a partir de dois debates “pequeno debate agrário” (1961-1962) que se opunha as Cooperativas a Granjas Estatais discutindo as formas da propriedade coletiva e o “grande debate econômico cubano” (1963-1964) que fazia oposição ao sistema de cálculo econômico defendido por Carlos Rafael Rodríguez ao sistema orçamentário de financiamento de Ernesto Guevara.

O último artigo “Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero” dos autores Raúl Paz, Héctor Lipshitz, Hugo Raúl Zerda e José Tiedeman, analisa a estrutura fundiária de Santiago del Estero, debatendo a agricultura familiar com o desenvolvimento rural, a expansão da fronteira agrícola no período de 1970-2010 devido a disponibilidade e falta de regularização da terra com baixo custo, as variações dos preços tanto interno como externos, a rentabilidade econômica de curto prazo e a presença e/ou ausência da população.

Nesta edição temos uma entrevista com o pesquisador Guzmán realizada por David Gallar Hernández e Rosemeire Aparecida de Almeida, intitulada “Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán”, apresentando diversos debates sobre a questão agrária em Andalucía, sobre a agroecologia com os povos indígenas e camponeses, os problemas políticos da agroecologia, o papel das políticas públicas para o desenvolvimento da agroecologia, o debate do campesinato enquanto classe e da sua cultura, os estudos de Marx, Chayanov, Hobsbawm entre outros elementos.

Por fim, a Revista Nera também apresenta a resenha do livro “Dinâmicas de classe da mudança agrária” de Henry Bernstein, elaborada por Edson Sabatini Ribeiro, que apresenta uma reflexão sobre a questão agrária no modo capitalista de produção buscando envolver as classes sociais.

Deste modo, desejamos um bom trabalho e uma boa leitura a todos.

**Lara Cardoso Dalperio**  
Editora da Revista NERA